

## EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL EM GOIÁS: PERSPECTIVAS ALÉM DO TEMPO DE PERMANÊNCIA EM SALA

FULL-TIME EDUCATION IN GOIÁS: PERSPECTIVES BEYOND CLASSROOM HOURS

Anailda Borges<sup>1</sup>

**RESUMO:** O Ensino em Tempo Integral tem se expandido no Brasil. No Estado de Goiás, essa modalidade é implementada nos Centros de Ensino em Período Integral (Cepi). Este estudo tem como objetivo demonstrar a eficiência educacional em escolas de período integral. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos, dissertações, livros e sites. O estudo revela que a Educação em Tempo Integral se difere da Educação Integral. Além disso, embora esse modelo esteja em voga na atualidade, ele já se apresentou em vários momentos da nossa história. Por fim, os resultados indicam que este modelo educacional vem apresentando resultados superiores aos da escola regular. Ademais, a Educação em Tempo Integral demanda mais do que a ampliação da jornada escolar para 7 ou 9 horas; ela requer a criação de um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos estudantes, com ações que envolvam o currículo básico e a inclusão de aspectos socioemocionais e culturais.

1426

**Palavras-chave:** Educação em Tempo Integral. Goiás. Permanência em sala. Ampliação da jornada.

**ABSTRACT:** Full-Time Education has been expanding in Brazil. In the State of Goiás, this modality is implemented in Full-Time Education Centers (Cepi). This study aims to demonstrate the educational efficiency in full-time schools. For this, a bibliographic research was conducted in articles, dissertations, books, and websites. The study reveals that Full-Time Education differs from Integral Education. Furthermore, although this model is currently in vogue, it has appeared at various times in our history. Finally, the results indicate that this educational model has been showing superior results compared to regular schools. Additionally, Full-Time Education demands more than extending the school day to 7 or 9 hours; it requires creating a conducive environment for the integral development of students, with actions that involve the basic curriculum and the inclusion of socio-emotional and cultural aspects.

**Keywords:** Full-Time Education. Goiás. Classroom permanence. Extension of the school day.

---

<sup>1</sup> Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2014) e Graduação em Matemática pela Universidade Estadual de Goiás - UEG (2005). Atualmente ocupa o cargo de Gestora Escolar do CEPI Nossa Senhora do Montesserrate.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a educação brasileira tem enfrentado inúmeros desafios relacionados à qualidade e à equidade. Nesse contexto, a implementação de escolas públicas de período integral emerge como uma estratégia promissora para transformar a realidade educacional do país. Este modelo, caracterizado pela ampliação da jornada escolar, visa proporcionar uma educação mais abrangente, que não apenas aborde os conteúdos tradicionais, mas também desenvolva habilidades e competências socioemocionais em um ambiente de aprendizagem enriquecedor e diversificado.

A relevância das escolas de período integral no Brasil está sustentada em evidências que indicam uma correlação direta entre o aumento das horas de aprendizado e a melhoria dos resultados educacionais. Além disso, ao oferecer atividades extracurriculares, essas escolas proporcionam aos alunos oportunidades de explorar novos interesses e talentos, contribuindo para sua formação integral. Este modelo tem o potencial não apenas de elevar os índices de aprendizagem, mas também de reduzir desigualdades sociais, ao garantir um ambiente seguro e estimulante para crianças e jovens durante todo o dia. No estado de Goiás as escolas de Tempo Integral são denominadas de Centro de Ensino em Período em Tempo Integral – (CEPI). Atualmente em duas modalidades de funcionamento, sendo de 9 horas e mais recentemente de 7 horas. A investigação sobre o papel dos gestores nesse cenário é uma questão intrigante e valiosa para a pesquisa

1427

Este estudo tem como objetivo analisar a implementação das escolas de período integral (CEPI) no Estado de Goiás, focando na qualidade das interações pedagógicas. A pesquisa busca demonstrar que a eficiência educacional em escolas de período integral não se limita às estruturas físicas e materiais, mas está profundamente relacionada às práticas pedagógicas e à formação integral dos alunos. Para isso, foram realizadas uma revisão bibliográfica abrangente e um estudo de caso específico, proporcionando uma base teórica sólida e uma análise contextual detalhada.

Para organizar o texto a fim de que o leitor tenha melhor compreensão o referencial teórico aborda no primeiro momento a educação em Tempo Integral e no segundo apresenta-se a Educação em Tempo Integral no Estado de Goiás/Brasil. Por fim, apresenta-se resultados e discussão busca-se a partir do referencial teórico.

## PROCEDIMENTO DE PESQUISA

A pesquisa descrita no presente artigo foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica que abrangeu artigos, monografias e dissertações disponíveis em fontes como o Google Acadêmico, o portal Scielo e revistas científicas com classificação Qualis. Essa pesquisa adota uma abordagem qualitativa, focando na compreensão profunda e na interpretação dos eventos. Conforme destacado por Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa qualitativa não requer o uso de métodos estatísticos, mas sim a análise subjetiva e a atribuição de significados.

A metodologia empregada consistiu na revisão da literatura, envolvendo a análise crítica de textos relevantes. Essa análise contribuiu para a construção de um embasamento teórico sólido sobre o tema em estudo. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), é fundamental que o pesquisador, após definir o tema de pesquisa, conduza uma ampla busca por fontes teóricas. Essa busca inclui relatórios de pesquisa, livros e artigos, com o objetivo de contextualizar a pesquisa e identificar o estado atual do conhecimento sobre o assunto.

Nesse sentido, Martins (2006, p. 11) esclarece que “como estratégia de pesquisa, um Estudo de Caso, independentemente de qualquer tipologia, orientará a busca de explicações e interpretações convincentes para situações que envolvam fenômenos sociais complexos”. Entendemos que ao adotar a revisão bibliográfica e realizar o estudo de caso do funcionamento dos Centro de Ensino em Período Integral (Cepis) teremos condições únicas para elaborar uma análise sobre o Ensino em Período Integral.

## 2 REFERENCIALTEÓRICO

### 2.1 REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Muito tem se falado sobre o que vem a ser a Educação Integral. Por vezes, ela é colocada como a solução para a grave crise que a Educação Brasileira enfrenta, evidenciada inclusive no cenário internacional com a divulgação dos dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa)<sup>2</sup>. Esse cenário vem criando condições para mudanças estruturais e significativas nas buscas de uma melhora na qualidade na educação. Uma modalidade que venha conquistando e ampliando seu espaço sem dúvidas é a Educação em Tempo Integral. A respeito dessa Parente (2018, p. 420), reflete:

---

<sup>2</sup>O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), tradução de Programme for International Student Assessment, é um estudo comparativo internacional realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

[...] é fundamental discorrer sobre como a temática da educação integral em Tempo Integral apresenta-se na agenda político-educacional e quais alternativas e/ou modelos de ampliação da jornada escolar estão sendo discutidos como possibilidades de uma educação integral em tempo integral.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB n. 9.394/96 e o Plano Nacional da Educação (PNE 2001), contempla a ampliação progressiva da jornada escolar para o regime de tempo integral. Essas normativas indicam um compromisso com a educação integral, embora a implementação prática muitas vezes se destine a crianças de famílias menos favorecidas, associando a extensão do tempo escolar a necessidades sociais e econômicas (Galian; Sampaio, 2012). Outrossim, é que o Decreto nº 6.253/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (FUNDEB), define que a educação em Tempo Integral da seguinte maneira:

Para os fins deste Decreto, considera-se educação básica em Tempo Integral a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias, durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total que um mesmo aluno permanece na escola ou em atividades escolares, observado o disposto no art.20 deste Decreto (BRASIL, 2007a, art. 4º)

Nota-se que a Educação em Tempo Integral está relacionada a ampliação do tempo do aluno dentro das unidades escolares, portanto, não deve ser confundida com Educação Integral que compreende a formação integral do indivíduo em seus variados aspectos. A educação integral, que visa a formação completa do indivíduo, e a educação em tempo integral, que se refere à ampliação do tempo que os alunos passam na escola (Galian; Sampaio, 2012). Com bem, pontua Freitas e Galter (2007, p. 124):

Quando se discute a educação em tempo integral, é preciso deixar claro sobre qual conceito estamos falando: educação em período integral, educação integral ou educação integrada. Suas definições expressam diferentes concepções de sociedade e precisam ser esclarecidas, pois aparecem mescladas nos discursos. No entanto, há que serem analisadas separadamente.

Para os autores citados a implementação da Educação em Tempo Integral resulta do embate entre classes antagônicas, quando a escola constituía o privilégio das classes abastadas a qual os mesmos retratam com dirigentes da sociedade, a educação era realizada de modo integral. Eles apontam para o Ensino Integral e para os internatos. Para fundamentar seus argumentos, abordam e trazem trechos da obra literárias. *Memórias de um Sargento de Milícias* de Antônio de ALMEIDA, 1999), e *O Ateneu* – Raul Pompéia, ambos escritos em meados do século XIX.

Ao meio-dia veio o padrinho buscá-lo (na escola) e a primeira notícia que ele lhe deu foi que não voltaria no dia seguinte, nem mesmo aquela tarde. (...) Um dos principais pontos

que ele passava alegremente as manhãs e tardes em que fugia à escola era a Igreja da Sé. (ALMEIDA, 1999, p. 52-54)

O Trecho da obra *O Ateneu*, diz: “Com maior concorrência preferia sempre a exibição dos exercícios ginásticos (...) e o público, pais e correspondentes em geral (...) compareciam no dia da festa da educação física.” (POMPÉIA, s/d, p. 43-45). Esta última para demonstrar a existência dos internatos. *O Ateneu* de Raul Pompéia foi escrito em 1888, trata-se de um “romance autobiográfico” a obra retrata atividades desenvolvidas pelo personagem no internato. Segundo Freitas e Galter (2007), um dos destaques são as atividades esportivas, que atualmente é base das escolas em Tempo Integral contemporâneas, servindo de vitrine para as escolas:

Segundo, Freitas e Galter (2007, p. 125):

A escola ilustrada tanto na obra de Antônio de Almeida, quanto na de Pompéia, demonstram uma educação que ocorria em Tempo Integral e que era voltada para uma elite brasileira. Esse modelo escolar, bastante limitado socialmente, permaneceu até a década de 20 e 30 do século XX. Quando, porém, transformações no modelo econômico brasileiro determinam as demandas por uma escola universal, reduz-se, então, a jornada diária, inclusive a própria duração da escola primária passa a ser questionada como uma das condições para poder estendê-la a toda a população.

Segundo os autores esse modelo escolar, bastante limitado socialmente, permaneceu até as décadas de 1920 e 1930. No entanto, com as transformações no modelo econômico brasileiro, surgiram demandas por uma educação universal. Com isso, a jornada diária foi reduzida e a duração da escola primária passou a ser questionada como uma das condições para torná-la acessível a toda a população.

1430

E a escola primária, reduzida na sua duração e no seu programa, e isolada das demais escolas do segundo nível, entrou em um processo de simplificação e de expansão de qualquer modo. Como já não era a escola da classe média, mas verdadeiramente do povo, que passou a buscá-la em uma verdadeira explosão de matrícula, logo se fez de dois turnos, com matrículas independentes pela manhã e pela tarde e, nas cidades maiores, chegou aos três turnos e até, em alguns casos, a quatro (TEIXEIRA, 1994, p. 161-162)

O desenvolvimento de uma sociedade urbano-industrial no Brasil a partir do século XX e as relações sociais mudaram, o que influenciou a forma como a sociedade percebia a educação. A tradicional escola em regime de internato ou semi-internato, além de ser muito onerosa, não atendia mais aos interesses da classe com maior poder aquisitivo. Essas pessoas podiam oferecer outras oportunidades educacionais aos seus filhos (música, teatro, esportes etc.) além das oferecidas pelas escolas. Assim, em vez de segregar os filhos das classes mais ricas, passou-se

apartar os filhos das classes menos favorecidas, mas com uma nova abordagem (Paro, 1988; Freitas, Galter, 2007)

Nos anos 50, a educação em Tempo Integral surge influenciada pelo escolanovismo, com foco na formação integral voltada para as camadas populares. A implementação foi restrita devido aos altos custos, exemplificado pelo Centro Educacional Carneiro Ribeiro idealizado por Anísio Teixeira, na Bahia. Já a partir da década de 80 surgiram os Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs, no Rio de Janeiro e da década de 1990 os Centros de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CAICs), em nível nacional. Projetos como os CAIC's ajudaram a difundir a ideia de escolas públicas de Tempo Integral no Brasil. Apesar de suas limitações, serviram de modelo para outras iniciativas, mostrando que um projeto de educação integral em larga escala era possível (Freitas; Galter, 2007)

Cardoso e Oliveira (2019), indicam que a educação integral em Tempo Integral no Brasil começou a ganhar forma nos anos 1950, mas foi com o governo Lula que as políticas socioeducativas voltadas para essa modalidade ganharam mais atenção. A implementação de programas como o Programa Mais Educação (PME) visava ampliar a jornada escolar, no contraturno, para oferecer uma formação mais abrangente, incluindo atividades de arte, cultura, esporte e lazer.

A educação em Tempo Integral tem sido usada como uma forma de atender a outras demandas sociais, mas há uma preocupação que atividades de arte, cultura e esporte sejam utilizadas apenas para manter as crianças ocupadas, sem perspectiva real no foco verdadeiro na formação integral. Assim, é necessário compreender que o conceito de "integral" não se limita apenas a ampliação do tempo escolar, mas também inclui a integração dos conteúdos apresentados ao aluno para que ele compreenda as implicações históricas e sociais do conhecimento. Além disso, deve contribuir para o desenvolvimento da consciência do educando enquanto ser social e histórico (Freitas; Galter, 2007).

A escola de Tempo Integral não pode ter como objetivo primeiro tirar as crianças das ruas, este caráter assistencialista é uma consequência de um projeto político pedagógico educativo. O cuidar e o educar são indissociáveis, porém, o cuidado não pode sobrepor ao ensino. A escola de Tempo Integral é um projeto político que está se confundindo com assistencialismo, em resposta às demandas sociais (LIMONTA, 2013, p. 49)

Dessa forma, podemos inferir que a Educação em Tempo Integral para obter os resultados esperados requer mudanças nos currículos. Além disso, exigir a reestruturação e/ou adequação escolar nos âmbitos físicos e no quadro de servidores. Nesse sentido, corrobora Galian e Sampaio

(2012), em seu artigo “Educação em Tempo Integral: Implicações para o currículo da escola básica” ao analisarem propostas curriculares de vários estados e municípios brasileiros, identificando tendências na transformação do currículo para incorporar a educação em Tempo Integral. Essas propostas frequentemente enfatizam a centralidade da cultura e a necessidade de métodos pedagógicos inovadores para enriquecer o currículo básico do ensino fundamental.

## 2.2 EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO ESTADO DE GOIÁS

A implementação das Escolas de Ensino em Tempo Integral não é uma exclusividade do Estado de Goiás, trata-se, de política que vem sendo implementada em diversos estados brasileiros. De acordo com a Secretária de Comunicação Especial (2024), do governo Federal, no Brasil, dados do Censo Escolar 2022, revelam que 6,9% das escolas públicas têm entre 20% e 50% dos seus estudantes matriculados em tempo integral. O censo também revela que 50,7% das escolas não têm nenhum estudante com jornada integral.

Souza et al (2017), no artigo: “Regime De Colaboração e Educação em Tempo Integral no Brasil” salienta que entre as 20 metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, uma é dedicada à educação em tempo integral, a saber: “Oferecer Educação em Tempo Integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos/as alunos/as da Educação Básica” (BRASIL, 2014).

1432

Para aumentar esses percentuais e cumprir a Meta 6 do novo PNE, está prevista a execução de nove estratégias, das quais três estão explicitamente vinculadas à implementação do regime de colaboração entre os entes federados (BRASIL, 2014). Nessa visão, os autores supracitados afirmam que o PNE faz uma relação a essas três estratégias. De modo, que as mesmas evidenciam que a oferta da educação básica pública em Tempo Integral deve ser realizada com o apoio da União. Esse apoio se dá através de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, incluindo ações culturais e esportivas, com o objetivo de ampliar o tempo de permanência dos alunos na escola ou sob sua responsabilidade para no mínimo sete horas diárias durante todo o ano letivo, além de aumentar simultaneamente a jornada dos docentes em uma única instituição escolar.

A implementação da educação em Tempo Integral na rede pública estadual de Goiás começou em 2006, inicialmente nas escolas de Ensino Fundamental. No Ensino Médio, a expansão do tempo de permanência na escola teve início em 2013, quando 15 unidades se adequaram ao Programa Novo Futuro. Atualmente, existem 263 escolas de Tempo Integral na rede pública

estadual de Goiás, denominadas Centros de Ensino em Período Integral (Cepi). O Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação estabelecem a meta de, até 2024, oferecer educação em Tempo Integral em no mínimo, 50% das escolas públicas e atender, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica (SEDUC/GO, 2024).

Os Cepis de Goiás têm uma jornada diária de 9 ou 7 horas, dependendo do modelo adotado pela unidade. Durante o dia, os alunos recebem três refeições e participam de diversas aulas e atividades práticas. Segundo a SEDUC (2024) mais que o simplesmente passar o dia na escola, a escola de Tempo Integral em Goiás tem como objetivo o desenvolvimento completo do estudante em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural. Com mais tempo disponível na escola, é possível trabalhar a educação integral de forma mais profunda.

Nesse sentido, corrobora Mauricio (2009, p. 54-55), que diz:

A educação integral reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, por exemplo, entre corpo e intelecto. Que esta integralidade se constrói através de linguagens diversas, em variadas atividades e circunstância. O desenvolvimento dos aspectos afetivo, cognitivo, físico, social e outros se dá conjuntamente.

Filemon (2019), em sua tese de doutorado, apresenta um panorama das Escolas de Tempo Integral (CEPI) em Goiás, com um enfoque mais aprofundado na capital do estado. Ao contextualizar as políticas públicas das escolas de Tempo Integral no Brasil e em Goiás, destaca que as atuais Escolas de Tempo Integral ainda apresentam deficiências na estrutura física. A maioria dessas escolas foi apenas adequada e reformada para atender ao modelo de tempo integral, mantendo muitas partes dos antigos prédios. Embora estejamos no século XXI, essas escolas ainda possuem uma infraestrutura antiquada, mesmo que a dinâmica, o sentido e a concepção de Escola de Tempo Integral tenham mudado significativamente em relação às escolas do século passado.

Para que a escola consiga cumprir seu papel, é necessário implementar uma série de ações além da infraestrutura, o autor supracitado afirma que é preciso realizar a ressignificação do espaço e do tempo escolar, visando desenvolver diversas atividades educativas (lúdicas, esportivas, artísticas e culturais) que vão além daquelas realizadas nas salas de aula. É fundamental possuir uma boa e completa estrutura física (banheiros, refeitórios, salas-ambiente, bibliotecas, laboratórios, salas de dança, quadras poliesportivas, salas para reuniões, auditórios, entre outros), além de um currículo que contemple essas atividades e permita uma formação ampla e completa dos alunos, promovendo sua emancipação e cidadania. Ademais, a escola deve contar com uma

gestão democrática e participativa, baseada em um projeto político-pedagógico elaborado coletivamente, com a participação de todos os seus segmentos.

Ademais, a Escola em Tempo Integral não deve ser útil apenas para retirar o aluno das ruas, bem como enfatiza Limonta (2013, p. 49).

A escola de Tempo Integral não pode ter como objetivo primeiro tirar as crianças das ruas, este caráter assistencialista é uma consequência de um projeto político pedagógico educativo. O cuidar e o educar são indissociáveis, porém, o cuidado não pode sobrepor ao ensino. A escola de Tempo Integral é um projeto político que está se confundindo com assistencialismo, em resposta às demandas sociais (LIMONTA, 2013, p. 49)

Segundo a SEDUC/GO (2024), diz que um estudo do Instituto Sonho Grande e do Instituto Natural, com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), revelou que no contexto nacional as escolas de Tempo Integral obtiveram uma pontuação 63% superior em comparação às escolas regulares. As escolas regulares tiveram um aumento médio de 8% no Ideb de 2019 em relação a 2017, enquanto as escolas transformadas em Cepis cresceram 28% no mesmo período. Especificamente sobre o estado de Goiás, os dados dos institutos demonstram que escolas de tempo parcial alcançaram uma média de 4,7, enquanto, as escolas de Tempo Integral registraram uma média de 5,3.

Outro ponto observado foi que os alunos das escolas de Tempo Integral mostraram melhor desempenho em Língua Portuguesa e Matemática nas provas do Ideb. Nas escolas regulares, as médias foram 285 e 283,2, respectivamente, enquanto nas escolas de tempo integral, as médias foram 300,9 e 299,9 (SEDUC/GO, 2024).

1434

Como mencionado no início deste tópico, a SEDUC/GO afirma que os Cepis do estado buscam atender o aluno em todas as suas dimensões: intelectual, física, emocional, social e cultural. Todavia, um dos grandes desafios que se colocam é a questão da infraestrutura das unidades escolares. Nesse sentido, é preciso destacar que o Estado de Goiás vem realizando um amplo programa de reforma e adequação das unidades.

A SEDUC/GO (2024b) afirma que entre 2019 e 2022, o programa Reformar (Recurso Estadual de Fomento, Organização, Reforma, Modernização e Adequação da Rede) investiu aproximadamente R\$ 248,4 milhões. Esses recursos foram destinados à reforma, reestruturação, ampliação e manutenção das instituições de ensino da rede pública estadual. De acordo com a secretaria o objetivo do programa é proporcionar aos alunos e professores um ambiente escolar atraente, limpo, organizado, seguro e acolhedor, promovendo um espaço educacional mais digno e respeitável.

De acordo com a SEDUC (2024c), o modelo educacional de Tempo Integral implementado no Estado, vai além da ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola, enfatizando o desenvolvimento integral nas dimensões intelectual, física, emocional, social e cultural. Isso possibilita uma abordagem mais profunda e abrangente da educação integral, aproveitando eficientemente o tempo disponível para promover aprendizagens significativas.

No currículo das escolas de tempo integral, além das disciplinas obrigatórias do Núcleo Comum, são oferecidas disciplinas eletivas que permitem aos estudantes escolherem temas de interesse pessoal. Essas disciplinas são planejadas pelos professores do Cepi e abrangem áreas diversas como robótica, artes, literatura, empreendedorismo e saúde, proporcionando uma educação mais personalizada e alinhada às aspirações individuais dos alunos (SEDUC/GO, 2024c).

O componente de Projeto de Vida é central no programa das escolas de tempo integral, orientando os estudantes na definição de objetivos pessoais, acadêmicos e profissionais. Nas séries iniciais do Ensino Médio, duas aulas semanais são dedicadas ao desenvolvimento desse projeto, preparando os alunos para fazerem escolhas conscientes em suas trajetórias educacionais e profissionais. Além disso, as escolas de Tempo Integral oferecem aulas de Preparação Pós-Médio no Ensino Médio, que orientam os estudantes sobre as diversas opções de ensino superior, mercado de trabalho, cursos técnicos e empreendedorismo. Essas aulas interdisciplinares são fundamentais para preparar os alunos para os desafios futuros e garantir uma transição educacional e profissional mais fluida (SEDUC/GO, 2024c).

1435

Para a Secretaria, a educação em Tempo Integral do Estado também valoriza atividades práticas, como experimentos em laboratórios e projetos de pesquisa, promovendo uma aprendizagem mais prática e contextualizada. Isso não apenas enriquece a experiência educacional, mas também desenvolve habilidades essenciais como pensamento crítico, criatividade e trabalho em equipe desde os primeiros anos escolares.

Assim sendo, as escolas de Tempo Integral do Estado não apenas prolongam o tempo de permanência dos estudantes na escola, mas proporcionam uma educação mais integrada, personalizada e voltada para o desenvolvimento integral dos alunos. Essa abordagem não só melhora os resultados acadêmicos, mas também prepara os jovens para enfrentar os desafios da vida adulta de forma mais competente e confiante (SEDUC, 2024c).

Contudo, podemos inferir que esse processo demanda tempo e, frequentemente, os recursos disponíveis não são suficientes. Nem sempre as diretrizes estabelecidas pela SEDUC

estão plenamente implementadas ou podem ainda estar em fase de implementação e adequação. Ademais, é necessária a formação continuada dos professores e demais servidores da educação, bem como a adoção de um currículo que atenda às especificidades da Educação em Tempo Integral.

## RESULTADOS

A implementação dos Centros de Ensino em Período Integral (CEPI) no Estado de Goiás tem revelado resultados significativos, inclusive com resultados superiores no IDEB, evidenciando a importância das interações pedagógicas no sucesso do modelo de ensino integral. Todavia, é importante ressaltar que a referência teórica consultado indicaram que análise das práticas pedagógicas e a comparação entre escolas de jornada ampliada e regular indicam que o aumento das horas de permanência na escola, por si só, não é suficiente para garantir a melhoria dos resultados educacionais.

Os autores consultados mostram que a qualidade das interações entre professores e alunos, assim como a efetividade das atividades extracurriculares, são fatores determinantes para o sucesso da educação em tempo integral. Nesse contexto, pode se inferir que os gestores escolares desempenham um papel crucial nesse contexto, pois são responsáveis por criar um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos estudantes, coordenando ações que vão além do currículo tradicional e incluindo aspectos socioemocionais e culturais.

Os dados obtidos revelam que as escolas de Tempo Integral em Goiás, apesar de enfrentarem desafios estruturais, como a necessidade de adequação de prédios antigos, têm conseguido oferecer uma educação mais completa e inclusiva. Além disso, o governo estadual tem buscado melhorar a estrutura das unidades educacionais e adequação as atividades extracurriculares, que incluem esportes, artes e projetos culturais, contribuem significativamente para o desenvolvimento integral dos alunos, proporcionando um ambiente de aprendizagem mais rico e estimulante.

Na rede pública estadual de ensino de Goiás há, atualmente, 164 Centros de Ensino em Período Integral (Cepis), com jornada escolar de 9 ou 7 horas diárias. A Secretaria de Estado da Educação (Seduc) está trabalhando para ampliar esse número e atrair mais estudantes para esse modelo, conforme metas do Plano Nacional de Educação e Plano Estadual de Educação. Somente em 2021, a rede estadual implantou mais 15 Cepis. Os planos nacional e estadual de Educação prevêm a oferta de ensino em Tempo Integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo, pelo menos, 25% dos alunos da Educação Básica pública, até 2024 (SEDUC/GO, 2024).

Além disso, a análise crítica dos modelos pedagógicos adotados nas escolas de Tempo Integral revela que há uma necessidade de constante atualização e formação dos professores para lidar com as demandas específicas deste modelo de ensino. A formação continuada dos educadores e a troca de experiências entre escolas são apontadas como práticas fundamentais para a melhoria contínua do ensino.

## CONCLUSÃO

O estudo sobre a implementação dos Centros de Ensino em Período Integral (CEPI) no Estado de Goiás permite concluir que a formação integral dos alunos, que inclui o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e culturais, é um aspecto essencial do modelo de ensino integral. Para que esse modelo seja efetivo, se faz necessário execução integrada de políticas públicas, a intensificação de investimento em infraestrutura adequada, formação continuada dos professores e currículos que contemple a diversidade de atividades educativas.

Em suma, a educação em Tempo Integral em Goiás mostra-se uma estratégia promissora para a melhoria da qualidade do ensino, desde que acompanhada por uma gestão eficiente com enfoque pedagógico que valorize todas as dimensões do desenvolvimento humano.

## REFERÊNCIAS

1437

ALMEIDA, Manuel Antônio. **Memórias de um sargento de milícias**. 4. ed. São Paulo: FTD, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Presidência da República. DECRETO Nº 6.253, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2007. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação- FUNDEB, regulamenta a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, e dá outras providências. **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6253-13-novembro-2007-563096-norma-Atualizada-pe.html>. Acesso em: 01 jun.2024.

CARDOSO, C. A. Q.; OLIVEIRA, N. C. M. Concepções de educação integral e em Tempo Integral no Brasil: reflexões a partir bases teóricas e legais

CARDOSO, C. A. Q.; OLIVEIRA, N. C. M. DE. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL / EM TEMPO INTEGRAL NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA. **InterMeio: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFMS**, v. 25, n. 50, 6 dez. 2019.

FILEMON, O. O. **Centro de ensino em período integral (CEPI) em Goiás: o ensino médio de Tempo Integral em Goiânia.** 2019. 346 f. Tese (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/4391>. Acesso em: 20 jun. 2024.

FREITAS, C. R.; GALTER, M. I. Reflexões sobre a educação em Tempo Integral no decorrer do século xx. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. p. 123-138, 2007. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/660>. Acesso em: 12 jun. 2024.

GALIAN, Claudia Valentina Assumpção e SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. **Educação em tempo integral: implicações para o currículo da escola básica.** Currículo sem Fronteiras, v. 12, n. 2, p. 403-422, 2012. Disponível em: <https://www.Curriculosemfronteiras.org/vol12iss2articles/galian-sampaio.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2024.

LIMONTA, S. V. Escola de Tempo Integral: Desafios Políticos, Curriculares e Pedagógicos. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 24, n. 46, p. 120-136, 2014. DOI: 10.18675/1981-8106.v.24.n.46.p120-136. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/7420>. Acesso em: 20 jun. 2024.

PARO, V. Escola de tempo integral: desafio para o ensino público. São Paulo: Cortez, 1988.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, s/d.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC. **Como funciona a escola de Tempo Integral da rede estadual de Goiás?** SEDUC/GO, 2024. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/escolas-de-tempo-integral/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

1438

SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC. **Programa Reformar.** SEDUC/GO, 2024 b. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/programa-reformar/>. Acesso em: 26 jun. 2024.

SECRETÁRIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO – SEDUC. **Escolas de Tempo Integral têm melhores resultados no Ideb, aponta estudo.** SEDUC/GO, 7 mar. 2024c. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/escolas-de-tempo-integral-tem-melhores-resultados-no-ideb-aponta-estudo/>. Acesso em: 27 junho 2024.

SOUZA, D. B. et al. Regime de colaboração e educação em Tempo Integral no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 47, n. 164, p. 540-561, abr. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/q39mBzZgsVxG3K9hC8zt9nc/#>. Acesso em: 20 jun. 2024.

TEXEIRA, A. **Educação não é privilégio.** 6. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994